A VIAGEM FILOSÓFICA de Alexandre Rodrigues Ferreira

José Cândido de Melo Carvalho
Professor do Museu Nacional da UFRJ

Há exatamente dois séculos, em 1783, um naturalista brasileiro, formado em Coimbra, iniciava, a mando da Coroa portuguesa, sua "viagem filosófica" pela Amazônia, coletando ao longo de nove anos espécimes e informações sobre a fauna, a flora e os habitantes da região.

desenho José Joaquim Freire

desenho Vilma Gomez

Roteiro da expedição de Rodrigues Ferreira.

PERFIL

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756, e após receber as primeiras ordens eclesiásticas em 1768 foi enviado a Portugal pelo pai, não para continuar seus estudos canônicos, mas para cursar ciências jurídicas. Matriculado na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, transfere-se em 1774 para a Faculdade de Filosofia Natural, vindo a doutorar-se em 10 de janeiro de 1779. Seu mestre foi Domingos Vandelli, médico e professor de química em Pádua, contratado pelo governo português para lecionar ciências naturais em Coimbra, onde fundou o Museu de História Natural e o Jardim Botânico da universidade.

O interesse e a dedicação de Rodrigues Ferreira (que se assinava Roiz Ferreira) fizeram com que Vandelli o convidasse para assistente gratuito do Museu de Ajuda, em Lisboa. Nessa época, o então ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, considerado patrono das ciências e grande interessado nos territórios de além-mar, decidiu promover expedições às colônias e autorizou Vandelli a indicar pessoas para esse mister. A decisão de promover a viagem filosófica ao Brasil e a escolha de Rodrigues Ferreira para empreendê-la datam de 1782.

A formação do naturalista talvez refletisse, juntamente com a de seus colegas que seguiam para outras colônias, as idéias do reitor brasileiro Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, que coordenara uma profunda reforma da Universidade de Coimbra por determinação do marquês de Pombal, durante o reinado de dom José I (1750-1777): "A faculdade de pensar é livre no homem, por isso não deve ter outros limites que não sejam os da razão e da religião."

A formação universitária de Rodrigues Ferreira pode ser entendida conforme ele próprio expressou em um de seus manuscritos: "A mim nenhum obséquio faz a filosofia, quem a estuda por deleitável (...) o grau de aplicação que merece uma ciência mede-se pela sua utilidade." Talvez tenha sido com essa mentalidade que partiu para sua missão no Brasil, em 1.º de setembro de 1783 levando consigo a ordem de Martinho de Melo e Castro "de averiguar inscrições, costumes, literaturas, comércios, agricultura, além do peso enorme das produções dos três reinos."

Embarcando na charrua *Águia Real e Coração de Jesus*, chegou a Belém 50 dias depois, em 21 de outubro. Sua primeira impressão, transmitida a Martinho de Melo e Castro, foi: "A terra em si, Senhor Excelentíssimo, é um paraíso; aqui mesmo são tantas as produções que eu não sei a que lado me volte."

Acompanhava-o uma equipe técnica formada por um jardineiro botânico, Agostinho José do Cabo, e dois artistas riscadores, Joaquim José Godina e José Joaquim Freire, todos excelentes profissionais e dedicados companheiros. Rodrigues Ferreira trazia consigo 11 livros e um mapa do rio Amazonas, além de 17 volumes com 424 itens de equipamento.

Até fevereiro de 1785, data em que chegou à barra do rio Negro, hoje Manaus, realizou viagens à ilha de Marajó, ao rio Tocantins e aos arredores de Belém e rio Amazonas acima. Os preparativos para a viagem ao rio Negro levaram cinco meses. O material, as ilustrações e as notas coligidas nesse período foram enviados de Belém ou de Barcelos, onde o naturalista chegou em 20 de agosto desse ano.

Passou então, por ordem do governador e capitão-general da capitania do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, a realizar observações na parte superior do rio Negro, acima de Barcelos, visitando Moreira, Tomar, Lamalonga, Santa Isabel, São Gabriel, o rio Uapés até a cachoeira de Ipanoré, o rio Içana até a cachoeira de Tunuí, o rio Xiê, Marabitanas e Caldas, no rio Cauaboris. Subiu até o salto de Maturacá, visitando ainda os rios Padauari e Maracá, para regressar a Barcelos em 30 de dezembro. A viagem foi feita numa canoa grande que lhe servia de verdadeira habitação.

Em 15 de março de 1786, recebeu novamente ordens do governador João Pereira Caldas para visitar o baixo rio Negro e o rio Branco. Deu início aos trabalhos percorrendo Poiares, Carvoeiro, Moura, Airão e Fortaleza da Barra (Manaus), que atingiu em 1.º de maio. Antes de ingressar no rio Branco, demonstrou a Martinho de Melo e Castro sua preocupação com a extensão percorrida e o tempo gasto em suas viagens, temendo pelo futuro de suas coleções: "Quanto mais se prolonga a coleção dos produtos, mais retardará depois o conhecimento individual de cada uma amostra no confuso caos de milhares de produções diversas."

No rio Branco, passou por São Felipe, Cachoeira Grande e Serra Caraumaã, seguindo até o forte de São Joaquim, penetrando pelo rio Maú até a cachoeira do Urubu. Regressou a Barcelos, onde permaneceu até a ordem de viagem para o rio Madeira, que lhe foi dada em 3 de setembro de 1787. Após os arranjos para a viagem, muito demorados, deu início à exploração desse rio em 27 de agosto de 1788. Nada menos de dois anos foram consumidos no preparo do material do rio Negro, elaboração de manuscritos e preparação para a próxima etapa. Sabemos que de Barcelos foram enviadas 23 memórias, quatro diários de viagem (o do rio Negro com 14 participações), duas descrições, um extrato, um tratado histórico, uma notícia, um mapa, nove remessas de material e uma de amostras de madeira.

Em 31 de outubro de 1787, no extrato do diário da *Viagem Filosófica*, Rodrigues Ferreira resumiu todas as atividades de quatro anos de expedição, desde a saída de Portugal até o fim de setembro desse ano. Nesse trabalho, ficamos sabendo das remessas, volumes e relações, escritos e ilustrações que os acompanharam. Nele são ainda relacionadas, em ordem cronológica, suas viagens, memórias, participações e tudo mais que escreveu e adquiriu até 1787.

Na viagem pelo rio Madeira, levou consigo seis canoas grandes e seis outras menores, 200 índios, 500 alqueires de farinha e até um padre. A subida do rio, de duração prevista para oito meses, na verdade durou 13. Ao alcançar a cachoeira de Santo Antônio em 30 de janeiro de 1789, numerosos índios abandonaram a expedição, e o naturalista teve que permanecer ali durante cinco meses, até que lhe fossem remetidos 50 índios remeiros.

Alcançando o Mamoré, passou pelo Guaporé (Itemes) e pelo forte Príncipe da Beira, chegando a 3 de outubro de 1789 em Vila Bela, onde teve ampla hospitalidade por parte do então governador Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Alguns dias após sua chegada, faleceu seu amigo e colaborador Agostinho José do Cabo.

Para sua viagem a Cuiabá, realizada por terra, foram-lhe dadas as seguintes facilidades: 23 homens (um soldado, sete pedestres, um arreador, dois preparadores e 12 pretos de serviço). Além dos homens pediu, entre farmácia, armas, munições e utensílios diversos, um total de 172 itens, sete bestas de sela e 33 de carga. A tudo isso, acrescentem-se as "comedorias."

Em princípios de março de 1790, iniciou sua descida pelos rios até o forte de Coimbra, através de Cuiabá, São Lourenço (Porrudos) e Paraguai. Nessa etapa, levou 16 pedestres, 26 remeiros, quatro canoas grandes, duas pequenas, 40 armas de fogo, 16 facões, "meia arroba de pólvora, com bala e chumbo competente", 58 itens de utensílios e 16 de farmácia. Nesse trecho, perdeu seu segundo acompanhante, o riscador Joaquim José Codina, sepultado no barreiro do sítio de Guarujus. Assim,os membros originais da viagem ficaram reduzidos a dois.

O regresso a Vila Bela deu-se a 26 de junho de 1791. Após três meses de preparativos, Rodrigues Ferreira deixou aquela capital em 3 de outubro, levando consigo três canoas grandes e duas menores, 12 soldados (pedestres) e vários índios. Alcançou Belém a 12 de janeiro de 1792, gastando apenas três meses e meio na descida dos rios.

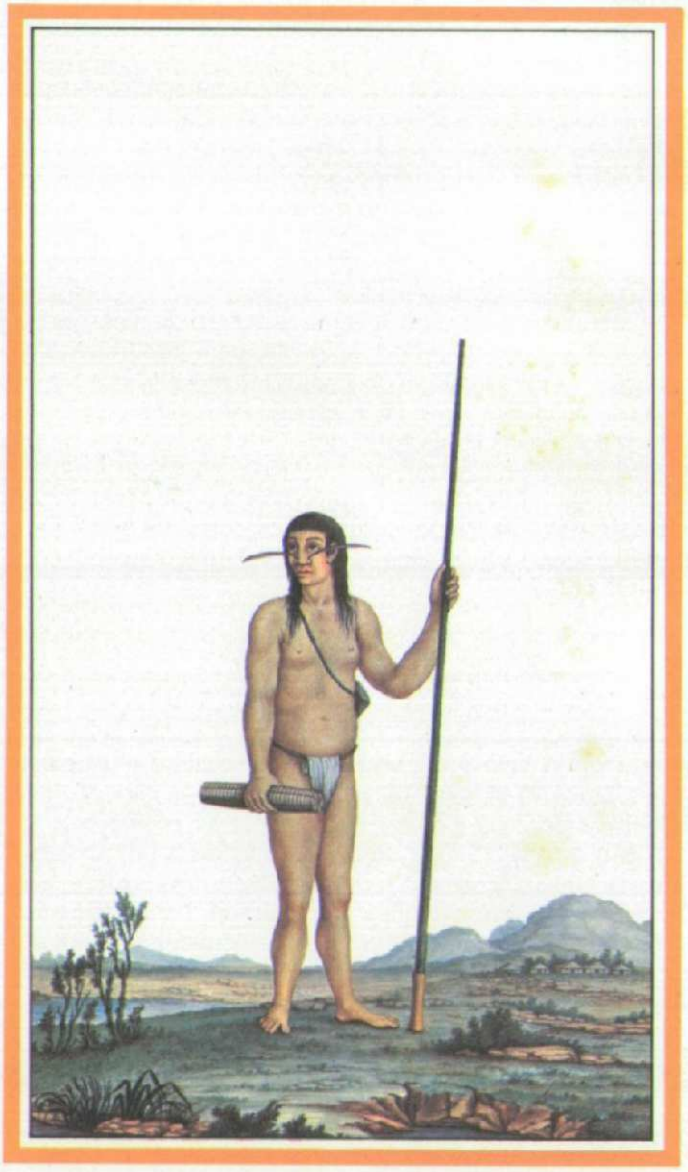
Consta que, antes de regressar a Lisboa, o capitão Luís Pereira da Cunha informou-o de que gastara considerável quantia em dinheiro com as remessas de material sem ter sido reembolsado, quantia com a qual poderia dotar uma filha. Alexandre Rodrigues Ferreira teria retrucado: "Isso não servirá de embaraço a seu casamento; eu serei quem receba essa sua filha por mulher." E assim, em 16 de setembro de 1792, aos 36 anos de idade, casou-se com Germana Pereira da Cunha e Queirós.

Regressou a Lisboa em 5 de outubro de 1792, após passar 89 dias no mar. O governador do Pará assim se expressa em carta a Martinho de Melo e Castro: "Ao mesmo dr. Alexandre com o maior gosto fiz saber a honrosa recomendação de Vossa Excelência de que ele certamente é bem digno, pois dificilmente se encontrará pessoa, que a tanto talento e merecimento una tão boas qualidades; a todos deixa sentidos a sua ausência, e todos certamente tomam vivo interesse em que ele vá a receber da Real Grandeza de Sua Majestade o prêmio, que a proteção e a bondade de Vossa Excelência lhe dá de procurar em satisfação ao seu insano trabalho, e as fadigas da diligência que executou." Realmente foi o naturalista bem recebido por Martinho de Melo e Castro e por Domingos Vandelli, conseguindo muitas honrarias e galgando sucessivos cargos.

Coube a José Maria da Costa e Sá, em 1816, proferir na Academia de Ciências de Lisboa o elogio de Rodrigues Ferreira. Nele, após louvar o naturalista, menciona o fato de que caíra em estado de "extrema melancolia" por alguns anos. Realmente, tudo leva a crer que Rodrigues Ferreira passou cerca de 20 anos (de seus 59 vividos) com problemas de ordem psíquica. Já em 1784, de Belém escrevia a Martinho de Melo e Castro: "trato de ir convalescendo (...) no entanto, em toda a cidade, pela qual se espalhou que eu tinha mais do que melancolia, um me há tido por cismático, outro por melancólico, e alguns por pateta." Não era para menos, pois quando sua saúde começava a declinar, sofreu grande desilusão com a invasão de Portugal pelas tropas francesas do marechal Junot.

O naturalista francês Geoffroy Saint-Hilaire avisara ao comandante da cavalaria invasora, general Margaron, que "em Portugal havia acumulada grande quantidade de riquezas naturais sem proveito para a ciência." Este, por sua vez, pediu em carta ao marechal Junot que aproveitasse a vinda de Saint-Hilaire para retirar de Portugal tudo que conviesse ao Museu de Paris. E assim foi feito, com a colaboração de Domingos Vandelli. A pilhagem montou em 76 mamíferos (dos quais pelo menos 15 primatas eram exemplares de espécies brasileiras coletadas por Rodrigues Ferreira), 387 aves, 32 répteis, 100 peixes, 508 insetos, 12 crustáceos e 468 conchas, num total de 1.583 exemplares. Acrescentem-se a isso 59 minerais, 10 fósseis, os herbários de Rodrigues Ferreira e de J. Veloso, com 1.114 plantas, e oito herbários de outras procedências. Segundo Virgílio Correia Filho, o invasor "nem sequer refugou os manuscritos, com os quais acabou de acogular o surrão de saqueio, para conhecer mais tarde."

Os manuscritos de Rodrigues Ferreira, levados para Paris, foram devolvidos em 1815, e sua publicação foi bastante pos-



tergada, pois na época não convinha pôr em risco o monopólio do usufruto dos recursos naturais da Colônia. É o que afirma o próprio Costa e Sá, que fizera o elogio científico de Rodrigues Ferreira: "Razões políticas pareciam recomendar toda a reserva na publicação das memórias (...) razões que, tanto para nós como para o Brasil, totalmente hoje desapareceram." Tudo faz crer que os manuscritos eram exclusivamente para uso oficial. As instruções da viagem eram claras: "Não são os governadores os que devem ser informados da qualidade do produto, ou sua quantidade, lugar e uso: só à Secretaria de Estado dos Negócios de Ultramar se devem revelar estes segredos." Neste particular, houve quem afirmasse que a missão de Rodrigues Ferreira foi "mais obra de um inspetor do que de um naturalista."

Como não foram publicados em Portugal, os manuscritos acabaram passando às mãos do ministro do Brasil em Lisboa, Antônio de Meneses Vasconcelos Drummond, que os remeteu juntamente com as ilustrações, para o Rio de Janeiro. Houve então uma completa dispersão dos mesmos. Foi só recentemente que o Conselho Federal de Cultura publicou as memórias de antropologia, zoologia e botânica, bem como a iconografia referente a geografia, antropologia e zoologia. Faltou publicar a geografia e a iconografia botânica, ambas bastante extensas.

Durante a viagem filosófica, Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu 20 trabalhos em antropologia. Alguns transcrevem informações de terceiros ou de "línguas" (intérpretes), numa época em que a sociedade colonial e da metrópole eram flagrantemente anti-indigenistas. Defendia os "descimentos", ou reunião dos indígenas em aldeias sob a batuta de um diretor e um padre. Reconhecia a inadaptabilidade do índio ao trabalho braçal, recomendando o incremento da introdução de escravos negros. Nesse período, nada menos que 90% da população do rio Negro eram indígenas. Seus escritos e ilustrações nos dão valiosas informações sobre os jurupixunas, os cambebas, os caripunas (Karipúna) — "nenhuma idéia há de propriedade. Tudo é para todos..." —, os muras (Múra) — considerados maléficos, ferozes, vingativos e pilhadores de outras tribos —, os uerequenas, que praticavam a eutanásia (..."um rasgo de piedade entre eles, que para nós que pensamos é uma impiedade"), os guaicurus (Guaikurú) — "ajuntam-se em matrimônio como os animais, voltando a mulher as costas a seu marido" —, e os catauixis (Katawixí).

Descreve as características dos tapuias (Tapúya), que "andam tão contentes seminus, como o rei mais suntuoso vestido de gala (...) As riquezas para eles não têm o menor atrativo (...) estão unicamente ocupados com o presente, sem inquietação pelo futuro." Nega a existência dos "coatás-tapuias" (homens de cauda do Juruá), afirmando: "À medida que se vão adiantando os conhecimentos, e que a natureza vai sendo observada por olhos mais exercitados, assim também se vê que vão desaparecendo as maravilhas que encantavam os séculos de ignorância."

Seguindo instruções da Corte, deu prioridade para os informes de natureza social e econômica, preocupando-se também com a situação da Igreja na Amazônia. Sobre a agricultura no rio Negro, afirma: "O que de fato se produz é muito pouco, porque o trabalho de fazer é muito grande, e a preguiça muito mais." Sobre o trabalho indígena na lavoura, diz: "São galos do campo, que por mais milho que se lhes deite, com dificuldade se habituarão às capoeiras."

Na botânica, suas informações foram relativamente sóbrias. O Conselho Federal de Cultura publicou cinco de seus códices. Sabe-se que o Instituto Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa possui 1.213 exemplares de plantas da expedição, representando 96 famílias, 445 gêneros e 812 espécies.

No domínio da geografia, destacam-se os diários de viagem aos rios Branco, Negro e Madeira. Há um suplemento do diário do rio Madeira com menção detalhada ao rio Guaporé e aos rios da Amazônia e Mato Grosso, incluindo uma descrição da pororoca do rio Guamá, das grutas do Inferno e das Onças e do forte de Coimbra.

Dos 20 títulos relacionados e publicados pelo Conselho Federal de Cultura no campo da zoologia, destacam-se as observações gerais e particulares sobre os mamíferos observados nos territórios dos três rios, Amazonas, Negro e Madeira, concluídas em Vila Bela em 1790. Descreve o pirarucu, as tartarugas, o peixe-boi e os jacarés; relaciona 59 quadrúpedes do Grão-Pará, animais de ração e peixes arrebanhados nas pescarias.

A iconografia deixada, fruto do trabalho artístico de Freire e Codina, é das mais ricas. São belíssimas as gravuras de aborígines, animais quadrúpedes, aves, anfíbios, répteis e peixes. Também as de armas, instrumentos musicais e mecânicos, ornatos e utensílios domésticos dos índios, além de prospectos de cidades, vilas, e povoações, fortalezas e edifícios, rios e cachoeiras. As gravuras originais dos animais e as de geografia do Madeira e Mato Grosso ainda se acham no Museu de Ajuda, em Lisboa. Os originais de numerosas estampas e cópias mandadas fazer pelo ministro Drummond acham-se na Biblioteca Nacional e no Museu Nacional.

Foram deixados também manuscritos sobre agricultura, medicina, história e economia, ao que se deve acrescentar valiosa documentação através de cartas e outros documentos autógrafos ou de terceiros, muitos deles já publicados em Portugal.

Do ponto de vista estritamente científico, faltava a Domingos Vandelli, e por extensão ao seu discípulo, formação rigorosa e intercâmbio mais assíduo com outros centros e pesquisadores, de maneira a permitir o aprofundamento dos estudos. Dez anos na Colônia, praticamente isolado do resto do mundo, certamente não contribuíram para credenciar o naturalista a pesquisas consonantes com o avanço científico da época. Faltavam-lhe bibliografia e coleções para comparação.

O fantástico esbulho sofrido com a pilhagem de todo o material coligido no Brasil, inclusive de seus manuscritos, veio cerrar de vez a possibilidade de pesquisas, a partir de 1808. A isso deve-se acrescentar o fato de que as remessas foram mal acondicionadas e precariamente conservadas; seus rótulos foram trocados após a chegada a Lisboa. Apesar disso, a verdade é que o valor científico e descritivo da *Viagem filosófica*, primeiro relato de expedição à Amazônia feita por um brasileiro, é inigualável. Ela nos mostra a imagem de uma Amazônia já distante, na qual o homem esteve durante quase três séculos em estreita interação com a fauna e a flora, de que retirava o necessário para seu sustento, mas a quem não agredia nem destruía.